

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E SEIS.**

-----Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e seis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do Senhor Doutor Laurentino José Monteiro Castro Dias, com a presença do primeiro secretário Doutor Raul Jorge Fernandes Cunha e segundo secretário Doutor Manuel Cunha. Verificada a existência de quórum, foi declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa quando eram vinte e uma hora e quarenta e cinco minutos. Foram anunciados pelo Senhor Presidente os pedidos de suspensão de mandatos, por um período de trinta dias, dos seguintes membros da Assembleia Municipal: Nelson Daniel da Silva Pereira, deputado eleito pelas listas do PPD/PSD, Manuel Ribeiro Coimbra e Rui Pedro Ribeiro Valente, eleitos pelas listas do Partido Socialista. Como ninguém se quis pronunciar sobre os referidos pedidos de suspensão, foram os mesmos postos a votação, sendo aprovados por unanimidade. Tomaram assento na Assembleia os elementos que se seguem nas respectivas listas, após a assinatura do livro de presenças, registando-se, depois de efectuadas as substituições, a presença de setenta e dois membros. De imediato o Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento do expediente existente que fica à disposição de todos os membros da Assembleia. Entrou-se no período de **ANTES DA ORDEM DO DIA**, com a leitura de uma proposta, apresentada à mesa, para constituição de uma Comissão com a finalidade de homenagear o Professor Emídio Guerreiro, subscrita por todos os grupos parlamentares, sendo o primeiro subscritor o deputado, José Humberto Fernandes Castro, da lista do PPD/PSD, que ficou

responsável de constituir e coordenar a respectiva Comissão. Posta à votação foi a proposta aprovada por unanimidade. Seguiu-se uma intervenção do deputado Ricardo João Almeida, do Bloco de Esquerda, fazendo uma reflexão sobre os investimentos efectuados no concelho de Fafe e suas utilidades. Considerou que com tantos investimentos em simultâneo, não é consentâneo com um País em crise económica, sendo que, alguns deles, não estão a ser devidamente rentabilizados, nomeadamente a Escola de Trânsito considerando que o seu investimento não está a ser rentabilizado. Questionou, ainda, sobre o encerramento das escolas do 1º ciclo, considerando que foram só criadas medidas de emergência transitórias, não acautelando, assim, o bom funcionamento do 1º ciclo e, conseqüentemente, o sucesso escolar. Por fim, deixou um voto de louvor à campanha de adopção de animais pelo seu sucesso. Seguiu-se a intervenção do deputado António Luís Oliveira Cunha, eleito pelas listas da CDU questionando o Senhor Presidente da Assembleia sobre a sua convocatória da sessão anterior dado que, conforme afirma, não lhe foi entregue e que, sobre o assunto, apresentou um requerimento que não foi mencionado, aquando da leitura do expediente, no início da sessão, e do qual não obteve ainda resposta. Referiu, ainda, que os Serviços da Assembleia quebraram o protocolo estabelecido com os membros da Assembleia onde estava estipulado que a Convocatória lhe seria entregue, em mão, no Hospital de Fafe e que a Convocatória da sessão anterior foi colocada na sua caixa de correio que está desactivada, por imposição da Junta de Freguesia de Antime e dos CTT para os moradores daquela zona. Pelo ocorrido considera, tal como o seu Grupo Parlamentar, que não foi devidamente convocado para a última sessão da Assembleia. Em resposta o Senhor Presidente referiu que o

requerimento irá ter o seu despacho e posteriormente lhe será enviada resposta, por escrito. Seguiu-se a intervenção do deputado Miguel Summavielle, eleito na lista da CDU, colocando três questões: a 1ª relativa aos requerimentos por ele apresentados e aos quais ainda não teve resposta. A 2ª relativamente às instalações onde se encontram as Bandas de Golães e Revelhe e que, tendo conhecimento que as mesmas teriam que deixar aquele espaço, entende que a Câmara deve encontrar um outro local para as Bandas ensaiar, dado serem das Associações mais antigas e representativas do concelho e que merecem um espaço condigno, nomeadamente, no edifício onde está instalada a Academia José Atalaya. E, relativamente à Academia, questiona o Senhor Presidente da Câmara qual a natureza Jurídica da mesma e o porquê de ter preferência naquelas instalações, face ao investimento efectuado pela Câmara naquele edifício. A 3ª e última questão relativa aos Mupis colocados na cidade querendo saber se houve concurso público para a sua colocação ou se os mesmos são de origem particular e qual o critério da sua colocação. De seguida, pediu a palavra o deputado Joaquim Magalhães, eleito na lista da CDU, começando por referir que estranha que, no expediente da Assembleia, o Senhor Presidente não tivesse mencionado um ofício remetido pelo IGAT onde solicita esclarecimentos sobre a convocatória da última sessão. Respondeu, de imediato, o Senhor Presidente da Assembleia referindo que no final do Período de Antes da Ordem do Dia daria conta dos documentos sujeitos a despacho. O deputado Joaquim Magalhães continuou a sua intervenção congratulando-se pela realização desta sessão da Assembleia Municipal, lamentando contudo a atitude do Senhor Presidente da Mesa por não ter adiado a última sessão de Junho, dadas as irregularidades na

convocatória da mesma. Contesta a atitude crítica e a postura do Senhor Presidente da Mesa para com os membros da CDU presentes na referida sessão e a recusa dos factos por eles apresentados o que originou o abandono do Grupo Parlamentar da CDU da última sessão. Por fim, terminou a sua intervenção fazendo referência ao muro de Antime já abordado em anteriores sessões. Usou de seguida a palavra o deputado Orlando Carvalho Leite, eleito pela lista do CDS/PP querendo saber qual a posição que a Câmara irá tomar no congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a nova Lei das Finanças Locais e se o Município de Fafe irá ser afectado, em termos de receitas, por aquela lei. Quis saber, também, se a autarquia já tem representante na Comissão Arbitral Municipal. Seguiu-se a intervenção do deputado Pedro Frazão, eleito pela lista do PSD, para esclarecer que “o recurso interposto por Pedro Frazão”, levado à reunião da Câmara Municipal do passado dia vinte e um e a notícia publicada na imprensa, não está correcta, dado que a redacção dada ao documento não retrata a realidade. Trata-se apenas de um parecer do representante do Ministério Público e não de uma decisão do Tribunal, como tal, espera que a Autarquia faça o desmentido da notícia. Interveio de seguida o deputado Humberto Castro fazendo uma reflexão alargada sobre as alterações de funcionamento operadas no Centro de Saúde, onde analisou e explanou a implementação da nova forma de atendimento dos utentes. Considerou que, face a estas alterações, deverá ser efectuada a discussão sobre o novo modelo das urgências no Hospital de Fafe, dado que, de acordo com o parecer da Comissão Técnica do Ministério da Saúde, as urgências do Hospital de Fafe irão encerrar. Salaria a sua preocupação sobre toda a problemática das

alterações previstas nos cuidados de saúde da população do concelho e dos concelhos limítrofes, questionando o Senhor Presidente da Assembleia sobre o conhecimento que detém sobre estas alterações, nomeadamente, sobre a construção do novo hospital. Seguiu-se a intervenção da deputada Leonor Castro, eleita na lista da CDU, começando por referir que não poderia fazer qualquer tipo de intervenção sem relembrar o que aconteceu na sessão passada da Assembleia Municipal, por respeito aquele órgão e aos elementos que o compõem. Esclarece que a atitude do Grupo Parlamentar da CDU se pautou, do início ao fim, pela coerência e princípio e nunca pretendeu ser, nem foi, um acto irresponsável ou desrespeitoso. Por isso, naquela sessão o Grupo Parlamentar da CDU entregou um requerimento à mesa da Assembleia Municipal para que o Senhor Presidente adiasse a sessão de forma a serem cumpridos os procedimentos legais, chamando, nessa altura, a atenção para o conteúdo do documento, já que ele poderia ter interferência no decurso da sessão. Referiu, também, que aquando do início da eleição do segundo secretário da Mesa da Assembleia, o Grupo Parlamentar da CDU voltou, uma vez mais, a chamar a atenção para a relevância da leitura do requerimento e, tendo o Senhor Presidente respondido negativamente e, sendo claro para o Grupo Parlamentar da CDU que o decurso daquela sessão era ilegal, não poderia participar naquele acto eleitoral, ou em qualquer outra votação, e, por conseguinte, também era coerente e correcto os membros do Grupo Parlamentar da CDU não assinarem o livro de presenças, sabendo que tinham como propósito abandonar a sessão e, por esse facto, também aquando da votação da aprovação da acta o sentido do voto iria ser a abstenção. Num segundo momento da sua intervenção manifestou a sua indignação em relação

às sucessivas medidas anti-sociais anunciadas pelo Governo PS, considerando que a redução do défice orçamental é uma obsessão governativa que prejudica os que menos têm. Considera também demagógicas as medidas anunciadas, em nome de maior igualdade e justiça, no serviço nacional de saúde, na Reforma da Segurança Social, entre outras em que mais uma vez, no seu entender, são os trabalhadores que pagam os erros dos anteriores governos. Por último, faz uma reflexão sobre o início do ano lectivo, apontando vários problemas, nomeadamente, sobre os alunos das escolas que encerraram, as escolas de acolhimento, as actividades extra-curriculares, as refeições e transporte das crianças. Critica, veemente, a Ministra da Educação em relação ao concurso dos professores e outras medidas tomadas, sem que fossem garantidas todas as condições legais de segurança e conforto para as crianças. Concretamente no concelho de Fafe considera haver situações de injustiça e prejuízo para muitos alunos e porque entende ser situações de grande relevância gostaria de obter uma resposta para estas situações. Seguiu-se a intervenção do deputado Belarmino Costa, eleito pela lista do PSD, corroborando muito do que foi dito na intervenção anterior sobre a educação e coloca algumas questões para reflexão, nomeadamente, qual o futuro da educação e quais as estratégias a implementar através da Carta Educativa já aprovada. Questiona, ainda, a Câmara sobre alguns problemas no funcionamento das escolas, nomeadamente, matrículas, falta de refeições e horários. Relativamente às actividades extra-curriculares pergunta quais as razões que levaram a que três escolas da cidade não tenham estas actividades e quais as medidas que a Câmara irá tomar para colmatar estas injustiças. Questiona ainda o Partido Socialista sobre a sua posição relativamente ao

recrutamento de professores para as actividades extra-curriculares, face à discrepância dos valores propostos por cada Município. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, começando por responder ao deputado Ricardo João Almeida que, relativamente rentabilização dos equipamentos, o Município está a fazer um grande esforço na sua gestão, face às limitações impostas para contratação de pessoal. No que concerne aos investimentos congratula-se por o Bloco de Esquerda considerar que a Câmara tem um grande volume de investimentos e, nesse sentido, espera o seu voto favorável no próximo orçamento. Sobre as questões da Educação refere que, como Presidente da Câmara, quer congratular-se com o trabalho efectuado pelo Senhor Vereador da Educação que, ao contrário do que aconteceu em vários pontos do País, não houve, em Fafe, qualquer contestação. Quanto à falta das actividades extra-curriculares nas três escolas, esclarece que tal acontece por questões físicas das escolas. Quanto às obras, nomeadamente, da escola de Silvares, as mesmas estão a ficar concluídas. Quanto ao recrutamento dos professores o Senhor Presidente informou que a Autarquia paga aos professores o equivalente a um seu funcionário com as mesmas habilitações, considerando ser forma mais justa de remuneração. Quanto à sede das Bandas de Revelhe e de Golães o Senhor Presidente esclareceu que, sendo intenção da Câmara demolir o edifício onde as mesmas se encontram, garante que as Bandas não serão desalojadas sem que hajam alternativas promovidas ou apoiadas pela Câmara. Quanto à Academia de Música, o Senhor Presidente informou que a sua forma jurídica é uma Associação, de que faz parte a Câmara as Bandas o Grupo Nun'Álvares e outras instituições, e que foi a forma jurídica mais adequada para o projecto,

sendo uma escola de sucesso em Fafe. Quanto aos Mupis informa que são de natureza privada estando os mesmos licenciados. Sobre as questões colocadas pelo deputado Orlando Leite o Senhor Presidente da Câmara começa por dizer que não conhece a versão definitiva da Lei das Finanças Locais, no entanto nas reuniões que participou sobre a sua discussão previa-se que o Município de Fafe perdesse cerca de 3% das suas transferências. Sobre a Comissão Arbitral informa que já está nomeado o membro representante da Câmara, sendo a Dr.^a Clotilde. Quanto à nota de imprensa referida pelo deputado Pedro Frazão o Senhor Presidente da Câmara começou por referir que quem deu destaque ao assunto foi o PSD, sendo que a Câmara sempre deu conhecimento à imprensa das deliberações tomadas em reunião. Reconheceu o erro sobre o assunto em Tribunal e pediu desculpa por ele informando que irá à próxima reunião de Câmara a sua rectificação. Pediu, novamente, a palavra o deputado Pedro Frazão para solicitar esclarecimentos quanto ao tratamento desigual dos alunos da escola da Feira Velha em relação às escolas da Devezinha, Santo Velho e Santo, questão já colocada anteriormente por outros membros. Pediu, ainda, a palavra o deputado Belarmino Costa para esclarecer que a questão colocada por si, sobre a remuneração dos professores, não era de carácter económico mas de carácter político, considerando que o que interessa saber é se a Câmara concorda, ou não, com este processo. Respondeu a estas questões o Senhor Vereador Antero Barbosa que começou por explicar a situação da Escola da Feira Velha e das outras três escolas, referindo que foi possível resolver na Escola da Feira Velha o problema das refeições e, como tal, foi possível incluir actividades extra-curriculares na referida escola, quanto às outras três, por questões físicas

e, conseqüentemente, de segurança não foi possível resolver estas questões neste ano lectivo, no entanto, espera que, no próximo ano, sejam resolvidas estas questões de injustiça atrás referidas. Usou de seguida a palavra o Senhor Presidente da mesa para dar conta do expediente sujeito a despacho, nomeadamente, o ofício da Inspeção-geral da Administração do Território e o requerimento já mencionado aquando da intervenção do deputado António Luís Oliveira Cunha. Antes de terminar o período de Antes da Ordem do Dia o Senhor Presidente da Mesa pôs a votação a acta da última sessão tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com quatro abstenções. Findo o Período de Antes da Ordem do Dia, entrou-se de imediato na **ORDEM DO DIA PONTO DOIS PONTO UM**: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal. Pediu a palavra o deputado Joaquim Magalhães fazendo uma análise à taxa de execução da despesa, prevendo que no final do ano a taxa de execução orçamental será de 55% considerando uma baixa taxa de execução da despesa e no que se refere à receita poderá ser ligeiramente superior, sendo previsível que a taxa de execução orçamental no final do ano será muito baixa. Usou de seguida a palavra a deputada Leonor Castro para no seguimento da intervenção anterior considerar a taxa de execução bastante baixa. Chamou, ainda, a atenção sobre fotos repetidas de obras num folheto e no Boletim Municipal, considerando uma incoerência em termos de política de contenção. Manifesta a sua satisfação por a obra da Rua de Angola constar da informação escrita do Senhor Presidente, alerta, no entanto, para questões de segurança e de sinalização daquela rua e da Rua da Guiné, tanto mais com a existência de uma escola. Usou da palavra o Senhor Presidente para prestar alguns esclarecimentos e, no que se refere à execução

orçamental, referiu que não se iria pronunciar, no entanto estava convicto que até final do ano a taxa de execução iria aumentar. Quanto à questão da segurança e sinalização referida pela deputada Leonor Castro agradeceu as suas recomendações referindo que as mesmas são pertinentes e que a Câmara irá analisar a situação com todo o cuidado. Como mais ninguém quis intervir passou-se de imediato ao **PONTO DOIS PONTO DOIS**: Discussão e Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Fafe. O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado Albino Costa, eleito na lista do Partido Socialista, e coordenador da Comissão que procedeu à elaboração do documento em discussão que começou a sua intervenção lendo as conclusões do trabalho da Comissão, cujo documento fica anexo à presente acta e se dá como integralmente reproduzido, e pediu uma rectificação ao texto do Regimento em discussão que consiste na eliminação do n.º 7, do artigo 40º. Finda a intervenção, o Senhor Presidente da Mesa pôs o documento, com a introdução da alteração proposta, a votação na generalidade, sendo aprovado por unanimidade. De seguida, e antes da votação na especialidade, o Senhor Presidente da Mesa deu conta à Assembleia que tinha chegado à mesa uma proposta de alteração aos artigos 28º e 36º, nomeadamente, alteração do n.º 5 do artigo 28º que consiste na seguinte alteração da redacção da parte final do referido número: "...na Assembleia, sempre que possível, com antecedência mínima de quinze dias relativamente ao envio da convocatória da respectiva sessão." Relativamente ao artigo 36º a proposta de alteração consiste na alteração do n.º 3 do referido artigo onde se lê "...ultrapassar 10 minutos." Passar a ler-se "...5 minutos." Para apresentar a proposta usou da palavra o deputado Albino Costa, como subscritor da mesma, começando por explicar

que, em sede de Comissão, estas alterações foram já alvo de discussão e debate. E no que respeita à proposta, agora em discussão, de alteração ao n.º 3, do artigo 36º consubstancia-se na racionalização do tempo das intervenções dos membros, tendo em conta a duração, prevista no Regimento, das reuniões da Assembleia que é de 3 horas. Seguiu-se a intervenção da deputada Leonor Castro começando por referir que lhe causou algum espanto esta proposta de alterações. E, quanto à redução do tempo de 10 para 5 minutos explica que, o facto de cada reunião não poder exceder as 3 horas, nada impede que a sessão se prolongue para uma outra reunião, por tal facto, considera que não é sensato limitar o uso da palavra aos seus membros. Por outro lado, considera que não faz muito sentido que quem tem que apresentar uma proposta tenha o mesmo tempo que qualquer outro membro que queira algum esclarecimento ou opinar. Relativamente à alteração proposta para o artigo 28º diz que com a introdução da expressão “sempre que possível” não faz sentido, todo o resto do texto do ponto n.º 5, do referido artigo e que a pertinência destas questões já tinham sido consideradas em sede de Comissão, a primeira porque pareceu sensato fazer a diferenciação e a segunda pela relevância dos documentos. Seguiu-se a intervenção do deputado Pedro Frazão referindo que a proposta da Comissão, prevista no n.º 5 do artigo 28º, do Regimento foi mesmo criar uma obrigatoriedade de entregar os documentos relevantes 25 dias antes da sessão aos deputados municipais para, com tempo, os puderem analisar. Por fim, lamentou que o Partido Socialista venha agora com esta proposta de alteração. Relativamente aos 10 minutos previstos no n.º 3 do artigo 36º, não sendo relevante o tempo, poderia ser mais, ou menos, considera a proposta da Comissão razoável. Usou de seguida a palavra o deputado Joaquim

Magalhães que começou a sua intervenção fazendo as contas de duração das reuniões e que com o tempo de intervenção previsto não será ultrapassado o tempo daquelas. Quanto aos documentos, nomeadamente o orçamento, referiu que existem datas previstas para ser elaborado. Seguiu-se a intervenção do deputado Orlando Leite para corroborar as intervenções anteriores, acrescentando que os documentos referidos têm datas específicas para serem aprovados, sabendo-se quando serão essas reuniões. Pediu, novamente, a palavra o deputado Albino Costa começando por pedir desculpas por na intervenção anterior não explicar a proposta de alteração ao artigo 36º, e que é clara na proposta a intenção de alterar uma obrigação para uma recomendação. Depois de várias intervenções e do pedido de esclarecimento à Assembleia do Senhor Presidente da Mesa sobre a forma de mandar documentos sem existir uma convocatória, gerou-se um consenso no sentido de rectificar o texto referente ao n.º 5 do artigo 28º na proposta apresentada à mesa pelo PS e que se traduz no seguinte: “As sessões em que sejam apreciados documentos relevantes, designadamente, Plano e Orçamento, Prestação de Contas e Mapa de Inventário devem ser convocadas com antecedência mínima de quinze dias.” Posta a votação, na especialidade, foi aprovada, por maioria, com um voto contra. Seguiu-se a votação, na especialidade, da proposta de alteração ao n.º 3 do artigo 36º, sendo aprovada, por maioria, com dezanove votos contra. Finda a votação na especialidade o Senhor Presidente da mesa pôs a votação final global o Regimento da Assembleia Municipal de Fafe com a introdução dos dois artigos alterados, sendo o documento aprovado, por maioria, com seis abstenções. Entrou-se de seguida no **PONTO DOIS PONTO TRÊS**: Apreciação e deliberação de uma

proposta da Câmara para autorização da concessão da construção do Bar do Calvário, sito no Jardim do Calvário. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentar a proposta começando por referir que brevemente irá ser lançado o concurso para a requalificação do Jardim do Calvário, cujo projecto foi objecto de discussão pública há cerca de três anos, o qual previa a instalação de um elevador para melhor acessibilidade ao Jardim do Calvário e a construção de um pequeno bar. Que, a proposta da Câmara é no sentido de a construção do Bar ser efectuada, por concessão, através de Concurso Público, à semelhança do que já aconteceu noutras situações, nomeadamente, o Mercado Bar. Pediu a palavra o deputado Miguel Summavielle, para dizer que gostaria de ver anexo, à proposta da Câmara, um documento que genericamente apresentasse o projecto para que todos os membros pudessem opinar e votar com segurança. Seguiu-se a intervenção do deputado António Jorge Nogueira Barroso, que no essencial corrobora a intervenção anterior, e faz referência a cada alínea da proposta em discussão, face à falta de elementos para a sua análise. No entanto, defende que o espaço seja digno do local e que sejam garantidas as condições para que se mantenha em funcionamento. Por fim, acrescenta que, dada a falta de elementos já referidos, o sentido de voto será a abstenção. De seguida usou da palavra o Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Fafe referindo a pertinência da instalação do elevador, para os deficientes, face a uma possível avaria, e por tal motivo, deveria ser previsto também a rampa proposta pela Junta de Freguesia. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões suscitadas. Começou por referir que a intervenção será para dignificar o espaço e quanto à formulação da proposta em discussão, refere que a Câmara

está a cumprir a lei, no entanto admite que poderia acompanhar a mesma uma planta ou outra explicação adicional, sendo certo que não é a aprovação do projecto que está em discussão, mas sim, a autorização para a Câmara concessionar. Deu ainda explicações acerca do investimento e renda, sendo certo que, quanto a esta última, o concurso público irá ditar o seu valor. Por fim, respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fafe, referiu que foi efectuado um estudo para a rampa, mas que esta não cumpria rigorosamente as inclinações, impostas por lei, dada a falta de espaço. Daí a solução do elevador que, no seu entender, vai dignificar o espaço. Como mais ninguém se quis pronunciar foi a proposta posta a votação sendo aprovada, por maioria, com treze abstenções. Entrou-se de imediato no **PONTO DOIS**

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação de uma proposta relativa à desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, sita no Loteamento de Talhos, da freguesia de Travassós. Usou da palavra o Deputado Pedro Frazão para comunicar que o PSD iria votar favoravelmente esta proposta porque acreditam que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Travassós irá cumprir escrupulosamente o fim a que se destina a parcela de terreno. Seguiu-se a intervenção do deputado Miguel Summavielle para sugerir que, de futuro, a proposta seja mais fundamentada e acompanhada com uma planta de localização. Como mais ninguém se quis pronunciar foi a proposta posta a votação sendo aprovada, por maioria, com treze abstenções. Entrou-se de seguida no **PONTO DOIS PONTO CINCO:**

Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à contratação de empréstimo de médio e longo prazo até ao limite de 392.904,81€. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara começando por solicitar ao Senhor

Presidente da Mesa se poderia apresentar conjuntamente com este ponto, o ponto seguinte da ordem do dia. O Senhor Presidente da Mesa formulou a proposta à Assembleia tendo sido aprovada por todos os seus membros. De seguida o Senhor Presidente da Câmara apresentou as propostas de contratação de empréstimos referindo, no essencial, que as propostas são da mesma natureza estão devidamente fundamentadas e documentadas, acrescentando que se trata de financiamento para os projectos de água e saneamento, que por lei, não contam para a capacidade de endividamento do Município. Pediu a palavra o deputado Pedro Frazão para mostrar a preocupação do PSD com o aumento da dívida do Município que se irá reflectir, nas contas, daqui a dois anos e que, por isso, o sentido de voto do PSD irá ser a abstenção. Seguiu-se a intervenção do deputado Ricardo João Almeida considerando que o elevado endividamento do Município irá comprometer orçamentos futuros. Mas que, no entanto, dada a importância das redes de abastecimento de água o voto do Bloco de Esquerda iria ser favorável. De seguida usou da palavra o deputado Miguel Summavielle e fazendo uma análise ao cálculo para o endividamento dos Municípios pede esclarecimentos sobre dois empréstimos efectuados para o Parque da Cidade Jardim Central e Parque da Cidade Pavilhão Multiusos que no documento não se considera relevante para a análise de capacidade de endividamento. Questiona também se existe ou não um empréstimo da Empresa Municipal de Turismo, dado que no ponto 3 do documento é indicado o valor zero. Quis saber ainda o porquê de não estar contabilizado qualquer valor no financiamento aos projectos de construção das oficinas municipais, Zona Industrial do Socorro e acesso interior a Varzeacova, face ao que está

contabilizado em orçamento e ao empréstimo aprovado já pela Assembleia. Por fim mostrou preocupação pelo grau de endividamento do Município que, no seu entender, hipoteca os orçamentos e investimentos futuros. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara começando por referir que a capacidade de endividamento a que se referiu na sua primeira intervenção é o que deriva da lei e que de acordo com a lei os empréstimos não entram para o seu cálculo. Sobre os valores entende que os documentos distribuídos são claros. Quanto aos empréstimos que não são mencionados no documento, o Senhor Presidente esclarece que, nomeadamente o último aprovado pela Assembleia Municipal, ainda não está concluído o processo tendo chegado há dias o Visto do Tribunal de Contas. Informou, ainda, que a contracção de empréstimos, até ao momento, tem sido vantajosa para o Município face ao baixo valor das taxas de juros e, nomeadamente, há possibilidade de bonificação das referidas taxas. Como mais ninguém quis intervir foi a proposta do Ponto Dois Ponto Cinco a votação tendo sido aprovada, por maioria, com dezanove abstenções. Seguiu-se a votação do **PONTO DOIS PONTO SEIS**: Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à contratação de empréstimo de médio e longo prazo até ao limite de 575.386,06€, tendo sido aprovada, por maioria, com dezanove abstenções. Entrou-se de imediato no **PONTO DOIS PONTO SETE**: Apreciação e deliberação de uma proposta sobre o Hospital de S. José de Fafe, conforme requerimento apresentado pela CDU. O Senhor Presidente da Mesa começou por ler o documento e perguntou aos subscritores da proposta se queriam apresentá-la. Pediu a palavra o deputado António Luís Oliveira Cunha para no essencial reforçar o conteúdo da proposta. Acrescentou que, tal como a CDU, já tinha alertado em sessões anteriores da Assembleia

Municipal se prevê o pior cenário para o Hospital de Fafe, com o encerramento de vários serviços, começando pelo serviço de urgências. Lembra a proposta apresentada pela CDU na última sessão no sentido de se criar uma comissão de acompanhamento de toda esta problemática e lamenta as intervenções referidas em acta, nomeadamente, do deputado Albino Costa. Defende que a CDU não concorda com as alterações que o Ministério da Saúde pretende introduzir, nomeadamente, no Hospital de Fafe, por considerar que, com as alterações, apenas se pretende destruir o Serviço Nacional de Saúde. Faz, ainda, uma análise aos Hospitais de gestão privada considerando que os mesmos não cumprem os objectivos para os quais foram criados em termos de resultados. Afirma, ainda que, com o encerramento das estruturas públicas de saúde, ficarão desprotegidas cerca de meio milhão de pessoas e que as novas taxas que se pretende introduzir para o internamento e actos cirúrgicos são dissuasoras da utilização do Serviço Nacional de Saúde beneficiando apenas o sector privado de saúde. Relativamente ao Hospital de Fafe considera que será o início do seu desmantelamento e lamenta a posição do PS manifestada na última sessão, aquando da discussão da proposta da CDU. Finalizou referindo que esta nova proposta da CDU é uma defesa da continuidade do serviço de urgências e de todos os serviços existentes no Hospital de Fafe. O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra por entender que pode contribuir para o debate que se deverá fazer no concelho de Fafe. Referiu que tem trabalhado conjuntamente com o Senhor Presidente da Câmara, no que ao Hospital de Fafe diz respeito, no entanto, defende que o debate deverá ser efectuado de forma serena e clara sendo possível, agora, fazer um ponto da situação. Informou que não existe nenhuma decisão tomada pelo Governo quanto ao

Hospital de Fafe ou ao encerramento de quaisquer serviços. Informou, também, que existe um relatório cuja discussão pública irá ser efectuada e que não haverá nenhuma decisão antes desta discussão pública e que o governo irá reunir com os municípios para discutir com os seus executivos, nomeadamente, com o de Fafe. Como tal, afirma que não há nenhuma decisão sobre o serviço de urgência do Hospital de Fafe. Lamenta que pessoas com responsabilidades profissionais e políticas digam que o Hospital de Fafe vai ser despromovido ou desmantelado, mas garante que, ao contrário, o hospital de Fafe irá ser promovido. Por fim explicou a criação dos centros hospitalares e a criação do Centro Hospital Fafe-Guimarães e que, por tudo isto, nada está decidido sobre o Hospital de Fafe. Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Fornos para manifestar a preocupação com as mudanças operadas no Centro de Saúde que irão afectar a população e concordar com as preocupações da CDU acerca das mudanças no Serviço Nacional de Saúde e que todos devem ser intransigentes na defesa da manutenção dos serviços de saúde de Fafe. Defende, ainda, que deveria existir uma comissão de acompanhamento na criação do Centro Hospitalar Fafe-Guimarães para se saber em que moldes irá ser efectuado o emparelhamento. Seguiu-se a intervenção do deputado José Humberto Castro questionando qual iria ser a actuação do Município no decorrer da discussão pública. Usou, novamente, a palavra o deputado António Luís Oliveira Cunha para lembrar que se torna necessário desmistificar o que irá ser o Centro hospitalar Fafe-Guimarães, e que não existem garantias de que o Hospital de Fafe não será despromovido. Questionou, ainda, qual seria a posição da Câmara na discussão pública. Seguiu-se a intervenção do deputado, Joaquim Magalhães, para constatar que

pelas palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Assembleia não existem garantias de que não irão ser encerrados serviços de saúde no Hospital de Fafe. De seguida usou da palavra o deputado, Albino Costa, referindo que a notícia do encerramento das urgências de Fafe merece preocupação por parte de todos, porque seria uma perda para as populações. Defende que todos se devem bater pelos serviços de saúde sendo certo que a reestruturação tem que ser entendida como uma melhoria. Seguiu-se a intervenção da deputada Leonor Castro começando por lembrar que consta do Regimento e da Lei que compete à Assembleia Municipal tomar posição sobre os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia. Coloca algumas questões acerca da intervenção do Senhor Presidente da Assembleia, nomeadamente, se o governo concorda com o estudo, no que diz respeito a Fafe, e se autarquia vai defender a posição dos fafenses dada a preocupação manifestada na rua pelas pessoas. Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia reforçando a sua intervenção anterior, acrescentando que o Centro Hospital Fafe-Guimarães será uma alavanca para a construção de um novo Hospital e que defende os interesses de todos os fafenses. De seguida usou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que, para além da informação transmitida pelo Senhor Presidente da Assembleia, pode informar que o Grupo de Trabalho para a criação do Centro Hospital vai reunir já na próxima semana e que começa a definir-se quais as valências que o Hospital de Fafe e de Guimarães irão ter. E, como já tinha sido referido pelo Senhor Presidente da Mesa, o que está em questão é uma valorização do Hospital de Fafe, com o aumento das suas valências e a possível construção de um hospital novo. Referiu, ainda, que é normal a preocupação da população, até

pelo desconhecimento que tem do assunto, mas, como é óbvio, o Presidente da Assembleia e o Presidente da Câmara defendem os interesses de Fafe, a melhoria e a qualidade dos seus serviços. Por fim, referiu que não pode dizer qual a posição que vai tomar porque ainda não conhece o estudo, no entanto, deixa a promessa de defender os interesses de Fafe. Interveio de seguida o deputado Pedro Frazão começando por dizer que a questão do Hospital de Fafe une mais do que separa e nesse sentido propõe que seja aprovada por unanimidade uma recomendação ao Senhor Presidente da Câmara no sentido de dar a conhecer, a todos os Grupos Parlamentares, através de relatório com as conclusões das reuniões ou diligências com o Ministério da Saúde. De seguida o Senhor Presidente da Mesa perguntou a todos os Grupos parlamentares se aceitavam que se retirasse a proposta da CDU e se aprovasse a proposta de recomendação, tendo sido aceite e aprovada por unanimidade a proposta de recomendação do seguinte teor: “Recomendar ao Senhor Presidente da Câmara que das reuniões e diligências a que proceder com o Ministério da Saúde, no que respeita aos assuntos com as Urgências do Hospital de Fafe e do Centro Hospitalar de Fafe dê conhecimento, através de Relatório, a todos os Grupos Parlamentares.” O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a proposta apresentada e a unanimidade recolhida, considerando que é um bom sinal de progresso a estas matérias. De seguida, e quando eram uma hora e cinquenta minutos, o Senhor Presidente da Mesa deu conta a todos os membros da Assembleia que haviam, ainda, dois assuntos da Ordem do Dia para discussão e votação e colocou à consideração a continuação da sessão ou a suspensão da mesma. Foi a sessão interrompida pelo Senhor Presidente da Mesa por a maioria assim o desejar. E nos termos legais e

regimentais se lavrou a presente acta que, após aprovação, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA DOIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E SEIS, EM CONTINUAÇÃO DA SESSÃO INICIADA EM VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E SEIS -----

-----Aos dois dias do mês de Maio de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, a fim de concluir a Ordem de Trabalhos da sessão de vinte e nove de Setembro, sob a Presidência do Senhor Doutor Raul Jorge Fernandes Cunha, em substituição do Senhor Doutor Laurentino José Monteiro Castro Dias, por se encontrar ausente do concelho, tendo convidado para primeiro secretário o deputado, Manuel Fernandes Cunha, sendo segundo secretário o Doutor Manuel Cunha. Verificada, pelo Senhor Presidente da Mesa, a existência de quórum, foi declarada aberta a reunião quando eram vinte e uma hora e quarenta minutos, anotando-se, no competente livro de registo, a presença de cinquenta e seis membros e a falta dos restantes. Foi anunciado pelo Senhor Presidente da Mesa o pedido de justificação de falta do deputado, Ricardo João Pedrosa Alves de Almeida, por motivo de doença, conforme atestado anexo ao pedido. Entrou-se, de imediato, no **PONTO DOIS**

PONTO OITO: Apreciação de uma proposta sobre a temática dos fogos florestais conforme requerimento apresentado pela CDU. Apresentou a proposta o deputado Miguel Summavielle, começando por referir que a proposta apresentada tem como objectivo debater um problema de extrema importância que deve interessar a todos. Reforça o interesse do património florestal e sublinha que o concelho de Fafe possui a maior mancha de carvalho que deve ser preservada, tal como a serra. Salaria que a própria autarquia reconhece o seu interesse, conforme demonstrou com a candidatura aos

fundos comunitários para limpeza de caminhos, divulgação dos serviços de vigilância e sensibilização para prevenção dos fogos florestais, parabenizando a autarquia por ser uma das candidaturas que recebeu mais verbas, como tal foi tecnicamente bem elaborada e executada. Faz referência à área ardida a nível nacional referindo que esta teve um decréscimo de um terço na média dos últimos cinco anos, enquanto que, no concelho de Fafe, se verificou um aumento, o que não se compreende. Prossegue a sua intervenção referindo que é entendimento da CDU, face às questões colocadas na sua proposta, que deve ser elaborado um estudo aprofundado que permita, num espaço de tempo necessário, preparar para a próxima época um combate mais eficaz e uma prevenção mais adequada para obter melhores resultados. Reconhece as características específicas do concelho de Fafe, nomeadamente, a micro propriedade que funciona de forma determinante e negativa, mas que com a sensibilização dos proprietários poderia contribuir para uma melhor gestão florestal que à partida diminuiria a probabilidade de ocorrência de incêndios. Concluiu referindo que a proposta apresentada pela CDU é no sentido de que se faça um estudo baseado em dados concretos, referindo, nomeadamente, a carta de riscos e a classificação dos solos. Questionou, ainda, se a Câmara já possui o inventário actualizado dos povoamentos florestais existentes, das áreas de ocupação, o tipo de povoações, pontos de água, bem como outros elementos para se fazer uma prevenção e combate mais eficaz. De seguida usou da palavra o deputado Arlindo Gil Ribeiro Gonçalves, eleito na lista do Partido Socialista, para discordar da intervenção anterior no que diz respeito à área ardida. Seguiu-se a intervenção do deputado Albino Costa começando por referir que é bom que todos debatam a floresta, não só na perspectiva dos

incêndios, mas pela sua importância a nível económico e ambiental. Enquadra em termos legislativos a questão da floresta e dos fogos florestais e frisa a voluntariedade da Câmara em cumprir a lei, fazendo referência à candidatura para a limpeza que, com a alteração da lei passou para a responsabilidade dos proprietários. Realça o facto de a Câmara Municipal de Fafe ter sido a primeira a criar o Plano Municipal da Floresta referenciando alguns elementos suscitados no pedido de estudo da CDU e que a Câmara já possui. Acrescentou, ainda, que considera que a Câmara tem trabalhado bem em defesa da floresta. Usou, novamente, a palavra o deputado Miguel Summavielle para referir que os dados por ele referidos foram retirados do site da Direcção Geral dos Recursos Florestais. Frisou que a proposta da CDU não é uma crítica à Câmara mas somente uma preocupação em prevenir, atempadamente, com os elementos que existem e com novos elementos que possam surgir com um estudo mais amplo e abrangente. Seguiu-se a intervenção do Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Fornelos para concordar, no essencial, com a CDU nomeadamente, quanto à elaboração do estudo. Considera que as medidas da Câmara foram implementadas tardiamente, nomeadamente, o contacto com as Juntas de Freguesia. Por fim entende que deve haver empenhamento de todos na defesa da floresta. Pediu, novamente, a palavra o deputado Albino Costa para referir que não está em desacordo com as anteriores intervenções mas entende que a Assembleia Municipal não tem condições para elaborar um estudo, o qual, compete, nos termos da lei, à Câmara e que, em conformidade, está já a elaborar. Quanto à limpeza dos aglomerados e fiscalização, salientou que também compete à Câmara e também está a ser efectuado, tendo notificado vários proprietários

para proceder à limpeza das suas propriedades. Relativamente à candidatura, efectuada pela Câmara ao abrigo da anterior lei, que atribuiu verbas avultadas para sensibilização e limpeza nos aglomerados, refere que se a nova lei não permite a utilização dessas verbas porque deixou de ser da competência dos Municípios, a Câmara fez apenas o que lhe competia que era a sensibilização. Novamente, usou da palavra o deputado Miguel Summavielle para ler o último parágrafo da proposta em resposta ao deputado Albino Costa, referindo que, como é óbvio, é à Câmara que compete fazer o estudo dado que a Assembleia não tem capacidade técnica para o fazer. Pediu a palavra, novamente, o deputado Arlindo Gil Ribeiro Gonçalves para falar da coordenação de combate aos incêndios, considerando que este ano houve melhorias e menos incêndios. De seguida usou da palavra o Senhor Vereador Prof. Salgado Santos para responder às questões levantadas. Começou por rebater alguns pontos da proposta, nomeadamente a área ardida e o número de efectivos da Polícia Municipal considerando que não estão correctos. Refere, ainda, que a Câmara está a elaborar o Plano de Defesa da Floresta, onde contem todos os dados suscitados pela CDU, e que, depois de concluído, será remetido à Assembleia. Informou que o Plano estava concluído de acordo com o Decreto-Lei nº 156/2004, mas que, entretanto, foi alterada a lei e tem que ser reformulado de acordo com a lei em vigor. Informou, também, que foi efectuado o Plano Operacional Municipal concertado com os Bombeiros e GNR e coordenado pela Câmara, no âmbito da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, a primeira a ser aprovada no País e explicou como funcionou este plano. Informou, ainda, que a Câmara está a efectuar um levantamento rigoroso da área ardida porque, conforme já referiu, os dados não estão correctos no que

diz respeito ao concelho de Fafe, devido à falta de rigor do seu levantamento. Esclareceu que a candidatura efectuada pela Câmara não é aos fundos comunitários mas ao Fundo Florestal Permanente, que é um fundo nacional. Em relação às Zonas de Intervenção Florestal o Senhor Vereador explicou que já se efectuaram várias reuniões nas freguesias à cerca de três anos, estando a COFAFE a coordenar essas reuniões. Por fim e em relação ao estudo solicitado na proposta, o Senhor Vereador referiu que logo que concluído o Plano de Defesa da Floresta o trará à Assembleia para conhecimento. Pediu a palavra a Presidente da Junta de Freguesia de Estorãos para confirmar que à cerca de quatro ou cinco anos atrás houve uma reunião com os agricultores da sua freguesia e técnicos da COFAFE com o objectivo de incentivar os agricultores para um reflorestamento ordenado. Pediu a palavra o deputado Miguel Summavielle para voltar a referir que os dados que possui são da Direcção Geral dos Recursos Florestais e fez, ainda, algumas referências à candidatura, nomeadamente, no que se refere às limpezas aproveitando a oportunidade que foi dada. Mostrou satisfação por a Câmara estar a elaborar o Plano. De seguida usou da palavra o Presidente de Junta da Freguesia de Fornelos para salientar que, face ao que foi referido anteriormente, ninguém sabe qual a área ardida. Ainda relativamente à sua intervenção anterior, confirma o referido pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Estorãos, no entanto volta a reafirmar que sobre as Zonas de Intervenção Florestal foi abordada a questão, pela primeira vez, no final do mês de Junho. Terminadas as intervenções foi a proposta posta à votação, sendo aprovada, por maioria, com dezoito votos contra e seis abstenções. Entrou-se de seguida no **PONTO DOIS PONTO NOVE**: Apreciação de uma proposta sobre a

Barragem de Queimadela (Prevenção e Segurança) conforme requerimento apresentado pela CDU. Usou da palavra o deputado Joaquim Magalhães para apresentar a proposta começando por referir que a proposta tem por base informações e confrontações no local e que o seu objectivo é de prevenir no futuro para uma utilização mais adequada. Refere que existem preocupações quanto à limpeza e segurança daquele espaço de lazer e que é urgente a Câmara tomar medidas. Quanto à segurança refere que a Câmara deverá também ter uma atenção especial dada a grande frequência de visitantes que a Barragem tem no Verão, nomeadamente, análises á água e outras questões que elencou como preocupantes. De seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara começando por dizer que a CDU está a usar demagogia com as propostas apresentadas, porque bastaria perguntar à Câmara sobre o andamento das coisas e a Câmara teria respondido no âmbito da acção fiscalizadora da Assembleia. No entanto, considera que apesar de a Câmara estar disponível para prestar todos os esclarecimentos solicitados, exige-se aos membros da Assembleia um conhecimento mais profundo das matérias que são objecto da sua fiscalização. Quanto à proposta refere que foi dado conhecimento à Assembleia, no âmbito da adesão ao sistema Multimunicipal de água e saneamento onde estava previsto e se concretizou a concessão da rede de água em alta, da qual faz parte a Barragem, como tal, neste momento, a exploração da Barragem de Queimadela é das Águas do Ave. E, relativamente às questões da proposta começa por referir, em primeiro lugar, que na Barragem de Queimadela não existe praia fluvial, quanto à limpeza, no geral, esclarece que está concessionada o que não impede que a Câmara fiscalize admitindo que se poderá fazer mais e melhor. Relativamente à

qualidade da água e à válvula de segurança o Senhor Presidente esclareceu que, de acordo com as informações das Águas do Ave, a água é de boa qualidade e a válvula não representa qualquer risco de segurança com o esvaziamento da Barragem. Comunicou, ainda, que está em curso o projecto da praia fluvial e da requalificação das margens da Barragem e que, nessa altura, serão colmatadas algumas falhas existentes a nível da limpeza e segurança. Pediu a palavra o deputado Miguel Summavielle começando por referir, em resposta à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que as propostas apresentadas pela CDU são partidárias e têm como objectivo contribuir para a resolução de problemas. Em relação à proposta em discussão diz que a sua discussão faz todo o sentido, face aos problemas detectados na Barragem quer ao nível de segurança quer ao nível da limpeza, e que, na resposta do Senhor Presidente, a própria Câmara os reconhece. Pediu, novamente, a palavra o deputado Joaquim Magalhães para reforçar a intervenção anterior e que a intenção da CDU é trazer à discussão os problemas com vista à sua resolução. Terminadas as intervenções foi a proposta posta a votação sendo rejeitada, por maioria, com cinco votos a favor e doze abstenções. Terminada a Ordem do Dia o Senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura da acta em minuta da reunião de vinte e nove de Setembro e da presente reunião e submeteu a mesma a aprovação da Assembleia tendo sido aprovada por unanimidade. Pediu a palavra o Senhor Presidente da Câmara para dar duas informações à Assembleia: - a primeira relativa à nova Lei das Finanças Locais, referindo que o Município de Fafe, com a nova lei, vai receber mais receitas; - a segunda relativa à assinatura de um contrato-programa para apoio à construção das oficinas municipais no valor de cerca de

setecentos mil euros que corresponde a 50% do valor total da obra. De seguida o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público se queria usar da palavra como ninguém se quis pronunciar foi encerrada a sessão quando eram vinte e três horas. E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, após aprovação, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.